

A ditadura vista a partir das margens: notas introdutórias sobre o fazer historiográfico nos/sobre os “pacatos” interiores

The dictatorship seen from the margins: introductory notes on historiographical practice in/on the 'peaceful' hinterlands

Darlise Gonçalves de Gonçalves,¹ UFPel

Resumo

O presente texto tem por objetivo tecer algumas reflexões sobre o fazer historiográfico a respeito da temática da ditadura civil-militar brasileira nos e a partir dos interiores. No intuito de trocar as lentes de análise sobre esse tema tomaremos como estudo de caso o estado do Rio Grande do Sul a partir de um levantamento realizado tendo por base os dados contidos na plataforma Antares I Centro de Referência em Pesquisa sobre a Ditadura Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul. A partir do qual podemos observar algumas tendências e lacunas na produção gaúcha sobre o período. Ao mesmo tempo, discutiremos o como fazer. A partir de uma reflexão sobre a práxis de sua autora enquanto uma pesquisadora dos e sobre os “pacatos” rincões.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Produção Historiográfica; Rio Grande do Sul; Interiores; Estado da Arte.

Abstract

This text seeks to develop reflections on historiographical practices concerning the Brazilian civil-military dictatorship, particularly from and within the hinterlands. In order to shift the analytical lens on this subject, the state of Rio Grande do Sul will be taken as a case study, based on a survey conducted using data from the Antares I Centro de Referência em Pesquisa sobre a Ditadura Civil-Militar de 1964 no Rio Grande do Sul (Antares Platform Reference Center for Research on the Civil-Military Dictatorship of 1964 in Rio Grande do Sul). Such an approach allows us to identify certain trends and gaps in the scholarly production from Rio Grande do Sul on the topic. At the same time, we will engage in a discussion of methodological approaches, through a reflection on the praxis of the author as a researcher of and about the so-called “peaceful” backlands.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Historiographical Studies; Rio Grande do Sul; Countryside; State of the Art

Introdução

As questões do Brasil recente e as mazelas do Terrorismo de Estado não afetaram a todos os brasileiros de uma mesma forma, o que é bem plausível de se supor devido às dimensões espaciais de nosso território e a pluralidade social de sua gente. Alguns grupos

¹ Mestra e doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Contato: darlisehistoriadora@yahoo.com. Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

sofreram com a negligência, outros com a violência direta e ostensiva do Estado, entretanto todos sofreram com a cultura do medo e o clima de suspeição vivenciado naqueles vinte e um longos anos. Da mesma forma, esse rastro de tensão não se restringiu aos cidadãos residentes dentro das fronteiras nacionais. Ele se alastrou pelo Cone Sul, antes mesmo do bater de asas da Condor. Perseguindo, constringendo, monitorando, amedrontando aqueles que precisaram se exilar. Aqueles que um dia/todos os dias ousaram sonhar com um Brasil mais justo. Brasil esse que era projetado pelo projeto reformista ceifado pelo Golpe de 1964.

Historiograficamente, ainda pouco se sabe do “todo”, e certamente o “todo” referente aos vinte e um anos de ditadura nunca será alcançado. No Brasil, os cientistas políticos foram os primeiros a se ocuparem de tais análises ainda nos primeiros anos de abertura política. Em certa medida, o interesse tardio dos historiadores pode ser justificado pela própria epistemologia de nossa ciência, que ainda era permeada por resquícios de positivismo - acreditando ser necessária naquele momento certa distância temporal para uma análise mais neutra do período em questão. Ao mesmo tempo, a problemática das fontes de pesquisa era uma realidade presente no fim do século passado. A impossibilidade de acessar os arquivos e o descrédito a história oral, devido a sua subjetividade, afastavam os historiadores de se debruçarem sobre o tema.

Questões essas que hoje já foram superadas e não merecem mais longos e exaustivos debates. Entretanto novos aspectos da atual conjuntura de produção do conhecimento histórico sobre o período devem ser debatidos, não só porque são esses embates e tensionamentos que fazem com que a ciência avance, mas também porque dizem respeito diretamente ao nicho no qual se encontra nossa trajetória de pesquisa, e em certa medida nas reflexões para as quais esse artigo se apoia.

De acordo com Carlos Fico existe atualmente um esforço, ainda de caráter incipiente, de alguns Programas de Pós-Graduação em História de voltarem suas pesquisas para vivências e experiências desenvolvidas em outros espaços (Fico, 2020, s.p.) do país. Sendo assim, esses estudos têm destinado especial atenção à diversidade de tipos sociais que vivenciaram os anos de repressão das mais diferentes formas, visto que esta atingiu brutalmente o meio rural, as pequenas cidades, as periferias, favelas e tantas outras localidades que sentiram e reagiram a seu modo.

Portanto, destacam-se nesses novos estudos, as vivências de distintos atores sociais, esmiuçando demais formas de resistência, para além da armada, e levando em conta as especificidades dos diferentes setores da sociedade brasileira a partir de um recorte regional,

por exemplo. Afinal o país possui um vasto território e as formas de resistência e repressão possuem suas particularidades de acordo com o espaço em que se desenvolveram.

Entretanto, como é bem pontuado pela pesquisadora Mariana Franco (2021), ainda temos uma enorme dificuldade de elaborar visões mais amplas a partir desses estudos monográficos regionalizados, que por si já são um significativo avanço dos últimos anos, articulando as diferentes escalas analíticas que compõem o todo. Essa fusão de diferentes lentes analíticas nos permite “dar conta de outros processos políticos, sociais e culturais, que, [...] não são menores, mas sim diferentes da história vista a partir do centro” (Franco, 2021, s.p). Ao encontro dessa perspectiva caminham os argumentos de Mariana Joffily (2018) que pontua a necessidade de observarmos as formas adaptadas de repressão utilizadas pela ditadura nos interiores do país e sobre grupos historicamente excluídos das narrativas oficiais.

Logo, entender as complexidades e particularidades desses episódios é de suma importância não apenas para compreendermos de maneira mais nítida o nosso passado, mas também para sermos capazes de observar as permanências dele em nosso cotidiano a partir do enraizamento de determinadas práticas repressivas e/ou autoritárias em nossa cultura política.

Esses entendimentos, em certa medida balizam parte das discussões que aqui nos propomos a realizar. Dessa forma, em um primeiro momento vamos nos dedicar a discutir algumas questões referentes ao fazer historiográfico sobre esse tema a partir dos/ sobre os “pacatos” rincões do País. Destacando possibilidades de acervos e abordagens desde espaços às margens dos grandes centros urbanos. Reflexões essas que estão fortemente apoiadas na práxis da autora.

Em um segundo momento, iremos pontuar alguns dos principais avanços historiográficos dos últimos quinze anos que fizeram com que pesquisas voltadas para os interiores fossem possíveis. Também buscaremos apresentar um levantamento parcial da produção bibliográfica sobre o tema realizada no estado do Rio Grande do Sul.

Acervos, fontes e possibilidades para o fazer historiográfico no Estado- reflexões a partir da práxis

Não existem prescrições exatas para o mapeamento de fontes em história. Afinal não somos uma ciência cujo os resultados possam ser replicados e multiplicados em laboratórios. Mas de toda forma, existem alguns caminhos possíveis que podem ser apontados quando o assunto é onde pesquisar, ou por onde começar a mapear fontes para trabalhar o passado ditatorial dos/nos nossos pacatos rincões. Dessa forma, as linhas que se sequeam são parte da

experiência empírica da autora, acumulada ao longo de uma década pesquisando a fronteira sul do Rio Grande do Sul, e que pode servir para lançar luz sobre outros espaços.

Começando pelos documentos sobre a ditadura. O acesso a esses fundos, ampliado após a instauração da Lei de Acesso às Informações Públicas (2011)², é sem dúvida um dos pontos de avanço significativo na produção do conhecimento historiográfico sobre o período³. Pois novos fundos possibilitaram novas pesquisas, abordagens, problemáticas e olhares sobre o passado. Contribuindo para superação de alguns mitos e equívocos, como a ideia de uma *ditabranda*⁴ ou da não existência de repressão nas cidades interioranas, por exemplo.

Entretanto, essa legislação ainda não resolveu toda a problemática que cerca esse tipo de documentação. Uma vez que, estes, assim como as memórias, são fonte de disputas no campo das versões e controvérsias sobre 1964 e a posterior ditadura. De um lado encontram-se aqueles interessados em sua preservação (vítimas, pesquisadores, organizações voltadas para os direitos Humanos e outros) e no outro extremo encontram-se agentes militares e civis envolvidos direta ou indiretamente nesses processos a quem convém a ocultação, negação e até mesmo destruição desses arquivos, para quem esse passado deve permanecer sepultado. Pois, para além da represália moral que o desvelar dessas ações pode acarretar em âmbito individual para aqueles agentes envolvidos em ações repressivas, em âmbito coletivo esses documentos sofrem um efeito bumerangue. Isso quer dizer que servem no presente para atividades opostas à sua origem, ou seja, o que antes foi redigido pelo Estado para incriminar a vítima hoje é uma das provas dos crimes desse mesmo Estado contra os direitos humanos (Bauer; Gertz, 2009).

² De acordo com o parágrafo 21 da referida Lei, “as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrições de acesso”. Bem como é importante ressaltarmos o parágrafo 4º do artigo 31: “a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada [...] em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância” (Lai, 2001).

³ No artigo “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”, publicado no ano de 2012, o historiador Carlos Fico aborda algumas das principais leis e decretos que nortearam o acesso a esses documentos.

⁴ Expressão que se refere a “brandura” da ditadura brasileira em comparação aos seus vizinhos latinos. Tal afirmação se apoia no número de mortos e desaparecidos do país e se configura em uma das tantas falácias que rondam essa parcela de nosso passado. Assim, “Querer diminuir ou relativizar a crueldade e o caráter criminoso do que aconteceu no Brasil naquele período tem um duplo objetivo: esconder e mascarar a responsabilidade pelas escolhas feitas, e lembrar que a lógica que embalou o golpe segue viva na sociedade, com um discurso remodelado, mas pronto entrar em ação, caso a democracia torne-se demasiadamente democrática” (Weissheimer, 2011). Para uma melhor compreensão da discussão recomendamos a leitura da matéria “O que a falácia da ditabranda revela” assinada por Marco Aurélio Weissheimer, e publicada no portal Carta Maior em 31/03/2011.

Ainda que muitos desses fundos tenham sido “perdidos”⁵ pelo caminho, devemos destacar aqui a possibilidade de consulta, inclusive virtualmente, a parte deles em um sistema de busca por palavras-chaves através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional⁶. O SIAN possibilita que pesquisadores de todos os cantos do Brasil, e até mesmo de fora, possam acessar parte desse material sem os custos de um deslocamento até o Rio de Janeiro.

Todavia, devemos ter cautela ao utilizarmos documentos oficiais enquanto fontes, isso porque a, “lógica interna (informação, contrainformação, pontos de vista, etc.) pode capturar o leitor desatento prejudicando seu discernimento quanto à avaliação dessa documentação específica levando-o a uma aceitação tácita de que o seu conteúdo é expressão imediata de veracidade” (Padrós, 2009, p.39). Diante disso, é fundamental diferenciarmos *arquivos repressivos* dos *arquivos sobre a repressão*. Em linhas gerais, os primeiros foram produzidos pelo Estado no âmbito da sua comunidade de informações. Também, constam nesses arquivos bens, como documentos, livros, manifestos, e outros itens tomados de setores da oposição durante ações repressivas. É exemplo dessa categorização a maioria dos fundos sobre a ditadura existentes no SIAN, bem como, os Inquéritos Policiais Militares contidos no projeto Brasil Nunca Mais⁷.

Entretanto, ao serem usados enquanto fonte histórica esses IPMs devem ter seu conteúdo observado com cautela por serem originalmente matéria de alegação de culpa. Isso porque o objetivo jurídico de um inquérito é o oferecimento de denúncia e instauração de um processo. Nesse caso, se tratando de um tramite jurídico que na prática acabava por fugir às normas processuais do direito é preciso que se esteja atento ao analisar esse material, pois:

Nessa fase, eram executados interrogatórios preliminares, colhidos na maioria das vezes, sob coação dos acusados, para que fossem obtidas

⁵ Existem arquivos inacessíveis até os dias de hoje, os motivos dessa falta podem ser os mais diversos possíveis. Primeiramente a tese da destruição desses durante a redemocratização é incompatível com a própria lógica de produção da burocracia militar. Assim, é mais aceitável a tese de que no intuito de acobertar suas ações, muitos desses arquivos foram extraviados e/ ou ocultados em casas de particulares ou dentro das próprias unidades militares. Exemplos disso são os documentos do DOI-CODI que foram descobertos na casa do coronel reformado do Exército Brasileiro, Júlio Miguel Molina Dias, em novembro de 2012 (Ferreira; Bauer, 2013), e, também, os fundos documentais queimados na base aérea de Salvador no ano de 2004 (FANTÁSTICO, TV GLOBO, exibido em 12 de dezembro de 2004).

⁶ Devemos destacar o trabalho do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, que vinculado a esse arquivo, possibilitou, e possibilita desde o ano de 2009, uma série de ações voltadas para a rememoração desse passado.

⁷ Esse projeto foi uma iniciativa do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns a frente da Arquidiocese de São Paulo e do Conselho Mundial de Igrejas, apoiados por uma rede de pessoas comprometidas em denunciar as torturas ocorridas no Brasil após o Golpe de 1964. Essa equipe pesquisou e fotocopiou, clandestinamente, processos da Justiça Militar. Trabalho que ultrapassou um milhão de páginas reproduzidas em duas vias, sendo uma remetida para fora do país por questões de segurança. Desse material, após cinco anos de trabalho, surgiu o Projeto A que foi sintetizado no livro Brasil Nunca Mais (1985). Hoje os microfilmes estão salvaguardados na UNICAMP.

“confissões”. [...] [Dessa forma,] é preciso afirmar a consciência de que a narrativa nos depoimentos concedidos durante o processo de inquérito – apesar do pouco tempo de ocorrência dos fatos e a data dos relatos – silencia, seleciona e reelabora eventos, ações e nomes sempre inter-relacionando o presente e o passado, o individual e o coletivo, como ocorre, aliás, em qualquer outra construção memorialista. Esse mesmo processo de seleção também está presente nas peças de acusação. Além disso, é perceptível que as imputações são, muitas vezes, desprovidas de uma base de comprovação. Simples deduções sustentadas em informes do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), para os casos da Marinha, e/ou de outras origens, de maneira generalista, mencionavam atividades supostamente subversivas, mas não apresentavam dados suficientes que as comprovassem (Vasconcelos, 2014, p. 160-161).

Todavia, apesar das limitações da fonte que estão diretamente vinculadas ao seu contexto de produção, o autor, também chama nossa atenção para a potencialidade do trabalho em história com esses documentos, já que:

Apesar de seus “vícios” e limites, os relatos e as acusações apresentam a exposição detalhada do suposto “crime”, com todas as suas circunstâncias, e as convicções ou presunções da delinquência. Findam por auxiliar na identificação das várias camadas da história do conflito político-ideológico que resultou no golpe de 1964 (Vasconcelos, 2014, p. 161).

O projeto pode ser consultado virtualmente, são 707 processos da Justiça Militar, completos e incompletos, referentes aos anos de 1964 a 1979. A busca nesse fundo pode ser feita a partir de palavras-chaves.

Quanto a documentos da repressão no Rio Grande do Sul, o Arquivo Histórico do estado possui o Acervo da Luta contra a Ditadura, composto por documentos oriundos do poder público estadual e também de arquivos doados por pessoas ou entidades que se engajaram em movimentos de resistência à ditadura civil-militar brasileira⁸. Infelizmente, a consulta a esse acervo é feita de forma presencial.

Dentre os fundos do poder público estadual há a documentação emitida pelas Secretaria de Ordem e Política Social. Ao todo nosso estado contava com vinte e quatro dessas unidades espalhadas por seu território⁹. As SOPS eram subordinadas ao Departamento de Ordem Política e Social. Da documentação proveniente do DOPS-RS muito pouco restou. Pois em 1982 quando foi oficialmente extinto seus documentos foram queimados em uma cerimônia pública. Já das vinte e quatro SOPS o material oriundo de dez delas, cerca de 15

⁸ Hoje o acervo está vinculado ao Memória Reveladas.

⁹ A divisão do território gaúcho em vinte e quatro Regiões Policiais se deu por meio do Decreto N°. 19.998, de 1º de dezembro de 1969.

mil documentos¹⁰, está salvaguardado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul desde o fim dos anos 1990 (Fernandes, 2022).

No ano de 2022 foi publicado o Catálogo: Movimentos Sociais sob suspeita – Documentos da Polícia Política do Rio Grande do Sul durante a ditadura (Fernandes; Espíndula; Timm, 2022). Além de textos que tratam de diversos temas sobre esse período no RS. A obra traz a referência aos documentos das SOPS- RS que estão no Arquivo Histórico do RS. Dessa forma, ao final de cada texto é apresentada a fotocópia de alguns documentos que dialogam diretamente com o tema abordado.

Já os arquivos sobre a repressão são fruto da atuação dos grupos ligados à causa dos direitos humanos, constituídos com o intuito de fundamentar denúncias, um exemplo desse trabalho são os documentos oriundos da Comissão Especial de Indenizações do Estado do Rio Grande do Sul. Os processos decorrentes da Lei Estadual nº 11.042/1998 estão salvaguardados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), localizado em Porto Alegre e a consulta a eles deve ser feita presencialmente mediante agendamento prévio.

Em 2014 durante a descomemoração dos 50 anos do Golpe de 1964 foi lançado o catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil (Brando, et.al, 2014). A obra é composta por verbetes correspondentes aos 1704 processos movidos na Comissão. Em linhas gerais, cada verbete contém as seguintes informações:

Número do processo: Assunto: Nome do ex-preso; Codinome/pseudônimo/alcunha; Naturalidade (quando/onde); profissão/ ocupação (que exercia na época dos fatos); vinculação partidária ou atuação política; prisões (período e local); motivo da prisão; companheiros de prisão; testemunhas; sevícias, maus-tratos e seus responsáveis; consequências da prisão; decisão da Comissão Especial de Indenização. Observações: tipologias documentais e considerações (quando necessárias importantes sobre grafias e nomes encontrados na capa do processo) (Brando *et. al.*, 2015, p. 15).

O catálogo está disponível na rede, e é um mecanismo que facilita a busca nominal pelos processos do acervo. Com o número do processo em mão o pesquisador deve agendar a visita ao arquivo. Varia muito o conteúdo de cada documento, para além das partes formais processuais comum a todos, podendo conter depoimentos de outros militantes, extensos depoimentos dos autores da ação com detalhes do local onde se desenrolaram os fatos, bem como, recortes de jornais que fundamentem a denúncia.

¹⁰ Como a documentação circulava em rede por diferentes órgãos repressivos é possível encontrar nesses fundos diferentes documentos emitidos por SOPS, delegacias e o DOPS-RS que não tiveram seu fundo preservado.

Outra fonte de grande valia para as pesquisas sobre essa temática é a imprensa da época. E essa tem sido matéria de muitas produções sobre nosso estado, como poderemos ver na sequencia desse texto. Mas nesse caso onde pesquisar e que cuidados tomar?

Nem todas as cidades possuíam jornais locais. Para as que possuíam podemos buscar seus acervos em casas de cultura, institutos históricos, bibliotecas municipais ou outros locais que salvaguardem a história do município. Ou, com muita sorte, esse jornal pode ainda estar em pleno funcionamento e dispor de seu acervo.

Há também a possibilidade de se recorrer à imprensa regional e nacional a partir de acervos nas cidades vizinhas, dos arquivos da Capital¹¹ e da hemeroteca digital¹². Nessa plataforma constam 341 periódicos gaúchos de diferentes períodos históricos. Mas é possível a partir dos próprios filtros do site refinar a busca de dez em dez anos, bem como, pesquisar a partir de palavras-chaves.

No entanto, antes de trabalharmos com essa fonte devemos ter em mente algumas premissas. Quais são os interesses por trás da publicação, quem são seus anunciantes, é um periódico comercial, quem é seu proprietário, qual a linha narrativa do mesmo, quem assina os textos? A imprensa não é neutra, ela é uma forte formadora de opinião, logo tem significativa parcela de colaboração na “versão oficial” que foi difundida e reproduzida ao longo dos anos de ditadura. E esse, em nossa opinião, é um dos elementos que a torna tão rica para pesquisas nessa temática.

De acordo com Selbach e Brum, uma leitura atenta da fonte jornalística, em contraste com fontes de outras naturezas, permite desvelar o “processo de doutrinação simbólica que se constrói através de pressupostos impostos como óbvios e inevitáveis, não de forma arbitrária, mas tornados reconhecidos de forma natural” (2017, p. 15). Portanto, é importante entendermos o jornal como um forte formador da opinião local, bem como da memória que se fixou do período, em um contexto de reduzidos meios de obtenção de outras informações que exercessem contraponto àquelas apresentadas nas páginas da imprensa local.

Para além desses aspectos, até aqui levantados, outro igualmente importante deve ser considerado quando tratamos com o produto das atividades da imprensa durante períodos autoritários, a força imposta pelos mecanismos de censura da ditadura a esses veículos de informação. Em linhas gerais, pois esse debate é bem mais complexo que essa breve

¹¹ O site sobre Arquivos Permanentes salvaguardados pelo governo do estado <https://arquivos.cultura.rs.gov.br/index.php/informationobject/browse> possui catálogo completo de instituições e acervos de diferentes tipologias: imprensa, artes, documentação oficial e outros. Pelo próprio site é possível localizar os meios de contato da instituição desejada e agendar a consulta aos fundos.

¹² A consulta pode ser feita pelo site <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

definição, dentre a multiplicidade de condutas assumidas pela imprensa brasileira desse período destacaremos aqui dois grupos, mesmo que essa definição dicotômica deixe de lado as muitas zonas cinzentas que rondam esse tema. Assim, temos de um lado aqueles que desenvolveram estratégias de resistência driblando a censura, e, do outro, os que difundiram os discursos do novo regime. Localizar qual o papel desempenhado pelo periódico em questão é de suma importância para entendermos qual sua posição dentro do jogo político da época.

Essas distintas nuances que cercam esse tipo de material fazem com que os jornais sejam uma fonte riquíssima para a discussão de vários temas que perpassaram os vinte e um anos de ditadura no país.

Outro material importante para se entender cotidianos sob um estado de repressão são fontes memorialísticas: depoimentos orais, escritos, literatura de testemunho, biografias e livros reportagem, outros, onde cada um deles é permeado por interesses próprios de quem narra, produz e divulga. Pois, muito daquilo que é narrado tem por trás um direcionamento dado pelo narrador visando a sua escuta, bem como a imagem que deseja imprimir de si para quem o ouve/lê. Em outras palavras isso quer dizer que, em uma entrevista em História Oral, por exemplo, o fluxo do raciocínio e não é tão refletido quando em um depoimento escrito. Ao mesmo tempo em que as informações contidas em um documento escrito em muito são condicionadas pela finalidade daquele documento. Assim como livros visam, dentre outras coisas, o mercado editorial.

No que se refere aos livros de memórias, alguns militantes gaúchos se dedicaram a escrever suas narrativas sobre o período. A ampla maioria desses casos esteve envolvida na luta armada e possuía estreitas vinculações com os acontecimentos que se desenrolaram na capital¹³. Mas existem alguns títulos, que não se tornaram tão conhecidos do grande público, e ampliam a visão sobre o período para outras localidades¹⁴. Há também livros reportagens

¹³ Para citarmos apenas alguns deles: GUTIERREZ, Claudio Antônio Wayne. A Guerrilha Brancaneone. Porto Alegre: Proletra, 1999. SILVA, José Wilson da. O tenente vermelho. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987. TAVRES, Flavio. Memórias do esquecimento. São Paulo: Editora Globo, 1999. VARGAS, Índio. Guerra é guerra dizia o torturador. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. GARCIA, J.C. Bona; POSENATO, Júlio. Verás que um filho teu não foge à luta. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

¹⁴ Citando apenas alguns a título de ilustração: QUADROS, Nilo Pacheco de. Pombo Correo: testemunhos de uma época obscura. Porto Alegre: Alcance, 2006. Trata das memórias do autor enquanto membro do setor sindical gaúcho e percorre diferentes regiões do estado. CAZARRÉ, Lourenço (org.). 50 Tons de Rosa: Pelotas no tempo da ditadura. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2016. RODRIGUES, Athaydes. Agora Eu... A revolução de 1964, em Rio Grande. Porto Alegre: Pallotti, 1980. MORAES, Carlos. Agora Deus vai te pegar lá fora. Anotações de um padre preso em uma cidade sem zoológico. Rio de Janeiro: Record:2004. Livro de ficção baseado em fatos reais ambientado na cidade de Bagé. BRANCO, Teobaldo. Confidências de um guerrilheiro. Maneco: Caxias do Sul, 2008. Ambientado na região do Alto Uruguai.

escritos por jornalistas gaúchos que vivenciaram o período em questão ou biografaram indivíduos vinculados aos fatos¹⁵.

Por fim, outra boa aliada para a investigação da vida cotidiana nos “pacatos” interiores é a História Oral. Esse tipo de fonte é produzido a partir de um movimento dialógico. Interação essa que é condicionada pela subjetividade dos indivíduos envolvidos, elementos sociais, culturais e políticos que os circundam. Interferindo, em maior ou menor grau, no conteúdo da narrativa.

Por ser uma construção, metodologicamente, em história oral todas as narrativas são válidas. Não cabendo ao pesquisador julgá-las como certo ou errado, pois elas são versões do ocorrido, experienciado direta ou indiretamente, que podem conter importantes dimensões simbólicas quando observadas suas entrelinhas. Dessa forma, os testemunhos contêm algumas camadas subjetivas que devem ser observadas por nós, uma vez que, quem narra articula diferentes dimensões da narrativa nesse ato: o que narrar, para quem narrar, como narrar, quando narrar, por que narrar? Essas questões são condicionantes do produto da história oral (Portelli, 2016).

Nesse sentido, reside a importância de trabalharmos com a fonte oral na busca de construir um possível entendimento de como se deu a configuração de formação de determinadas memórias sociais, uma vez que, essa fonte não nos diz apenas sobre um determinado evento em questão, mas sim as formas como esse evento foi experienciado e ressignificado pelos narradores (Gonçalves, 2022). Dessa forma, ela se torna um rico elemento para acessarmos as memórias subterrâneas ou “oficiais” existentes nesses lugares.

A produção acadêmica sobre o Rio Grande do Sul – uma análise dos dados da Plataforma Antares

No caso do Brasil, observando o campo de pesquisa sobre a ditadura brasileira de uma forma mais panorâmica, podemos dizer que a ampliação dos enfoques e abordagens nas investigações ocorreu devido a alguns fatores, sendo o principal deles a possibilidade de acesso a alguns novos fundos documentais sobre a ditadura. Também merece ser observado o

¹⁵ Alguns exemplos são: ETCHICHURY, Carlos *et.al.* Os infiltrados - Eles eram os olhos e os ouvidos da ditadura. Porto Alegre: AGE Editora, 2010. CUNHA, Luiz Cláudio. Operação Condor. O sequestro dos uruguaios uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008. GUIMARÃES, Rafael. O Sargento o Marechal e o Faquir. Porto Alegre: Libretos: 2016. KUHN, Dione. Brizola da Legalidade ao Exílio. Porto Alegre. RBS Publicações, 2004. MITCHELL, José. Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

fenômeno do comissionismo¹⁶ ocorrido no país na segunda década dos anos 2000. Sem dúvidas a junção desses fatores contribuiu significativamente para renovar perspectivas, problemas e abordagens.

Na mesma medida, outro fator que não pode ser desprezado quando o assunto é a ampliação da produção acadêmica nos últimos anos é a expansão do ensino superior público rumo aos interiores do país. Esta nova realidade contribuiu para o surgimento de uma produção de conhecimento mais “completa” sobre o tema. Uma vez que, muitos dos pesquisadores oriundos desses espaços à margem dos grandes centros passaram a olhar para o passado histórico de seu entorno.

Todavia, muito ainda há por ser feito, principalmente se pensarmos que essas distintas produções, que surgem nos muitos espaços acadêmicos do estado, ainda não conectam as pequenas partes desse “todo” de uma forma mais homogênea. Portais como a Plataforma Antares (UFRGS) e o Barbaridade (UFPEl)¹⁷ tem realizado levantamentos da produção acadêmica sobre o estado nesse período, e a partir desse esforço podemos observar que algumas regiões ainda não foram contempladas.

Buscando uma prévia das pesquisas realizadas no estado voltadas para a temática da ditadura na região, analisaremos na sequência os dados apresentados pela Plataforma Antares- I Centro de Referência em Pesquisa sobre a Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. Esse espaço foi criado em 2021 e está subordinado ao Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (Luppa), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sendo um site cujo intuito é ser “um espaço aglutinador e difusor de pesquisas sobre ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. Seu objetivo é facilitar o acesso a informações e materiais que contribuam para a elaboração de novos trabalhos” (Antares).

Esse projeto, ainda em construção segundo consta na sua apresentação, conta com monografias (tanto trabalhos de conclusão de curso quanto artigos de especializações), dissertações e teses defendidas até 2019¹⁸. Não fica explícito qual o critério de busca utilizado pela equipe, nem o recorte empregado para eleger as universidades que compõem o acervo.

¹⁶ Para Hollanda (2018), no contexto de criação da Comissão Nacional da Verdade surgiram em diferentes espaços do Brasil comissões estaduais, municipais e setoriais impulsionadas e organizadas por diferentes setores da sociedade civil, órgãos da burocracia estatal e casas legislativas municipais e estaduais. Essa proliferação de comissões “constituiu um acontecimento inédito, quando comparado a outros países que vivenciaram regimes autoritários em seu passado” (Perlatto, 2023, p.13).

¹⁷ Portal interativo sobre a ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. O projeto destina-se principalmente a estudantes e professores da educação básica. Sua plataforma web está em fase de elaboração final. Até a elaboração desse artigo os trabalhos desse projeto podem ser acompanhados pelo Instagram @portalbarbaridade.

¹⁸ Alguns poucos trabalhos posteriores a essa data são indicados na página, como por exemplo, a dissertação de mestrado da autora que data do ano de 2022.

Diante disso, ressaltamos que se trata apenas de uma parcela da produção gaúcha sobre o tema, pois até mesmo trabalhos importantes da própria UFRGS ficaram de fora do levantamento, a exemplo da tese de doutorado, defendida em 2005, do pesquisador e professor daquela instituição Enrique Serra Padrós.

Dessa forma, o acervo de teses de doutorado conta com três produções oriundas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Defendidas nos anos de 2014, 2009, e 2016, sendo esta última uma pesquisa voltada para o nacional. Há também, quatorze dissertações dessa instituição. Sendo uma defesa por ano em 2002, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2016; e duas defesas a cada ano em 2004, 2006 e 2007. Antares não aponta nenhuma Monografia. Ao menos 6 desses trabalhos se relacionam a imprensa gaúcha, e a cidade que mais aparece é Porto Alegre, seja enfocando movimentos de luta armada na capital, aspectos do aparato repressivo, bem como, movimentos sociais atuantes na cidade. Todas as produções são vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS, exceto a dissertação em Ciências Criminais (2014).

A Universidade de Caxias do Sul é referenciada em três dissertações em História, defendidas nos anos de 2020¹⁹, 2021 e 2018; e uma tese em Letras (2021). Os temas abordados sesses trabalhos são: manifestações artísticas no município de Flores da Cunha, e ensino de história e trajetórias de pessoas e/ ou movimentos sociais nos dois mestrados acadêmicos. A tese nas Letras trata da imprensa local em Caxias do Sul sob a perspectiva da análise do discurso.

A Universidade de Passo Fundo, por sua vez, é mencionada em cinco dissertações do mestrado acadêmico em história. Sendo os anos de 2007, 2011 e 2014 com uma produção, e duas produções em 2003. Os cinco trabalhos são voltados para questões relacionadas a aspectos relativos as múltiplas formas de resistências e repressão política, já que a temática das resistências a ditadura não é mencionada sem citar mesmo que minimamente a repressão vivenciada no período. Chama atenção que dois desses trabalhos (2011 e 2014) enfocam a trajetória do grupo de esquerda não armado Ação Popular.

Para a Universidade do Vale do Rio dos Sinos temos duas teses, uma no Programa de Pós-Graduação em Educação, defendida no ano de 2014, e outra defendida no Programa de Pós- Graduação em História, em 2017. São também apontadas quatorze dissertações. Três delas se referem a temas nacionais (2010, 2011 e 2020) e são do programa de pós-graduação em história. As de caráter regional são: uma das Ciências Sociais (2015), três na Educação

¹⁹ Mestrado Profissional em História.

(2009, 2010, 2016) as demais são todas do mestrado acadêmico em história com uma produção por ano nos anos de 2004, 2010, 2016, 2019 e duas produções nos anos de 2006 e 2017. Com exceção da dissertação sobre o movimento estudantil universitário pelotense (2017) as demais produções da instituição catalogadas na Antares se referem a episódios ocorridos em Porto Alegre ou cidades próximas. Padrão que é observado nas demais universidades analisadas aqui.

Do programa de pós-graduação em direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul temos uma dissertação, defendida nos anos de 2017, sobre a Vanguarda Popular Revolucionária no interior do Rio Grande do Sul.

Quanto a Universidade Federal da Fronteira Sul, a plataforma Antares indica cinco produções. Sendo uma dissertação em Letras, datada do ano de 2019, e duas dissertações em História, defendidas em 2014 e 2017. Há também, nos anos de 2018 e 2019, duas teses em História. O tema transversal a todas essas produções é a imprensa local e regional.

Para a Universidade Federal de Rio Grande a plataforma Antares aponta três referências. Uma monografia de 2016 oriunda do curso de Direito, e duas dissertações oriundas do Mestrado Profissionalizante em História, defendidas nos anos de 2015 e 2016. O primeiro trabalho versa sobre a Comissão da Verdade em Rio Grande, e os outros dois sobre aspectos referentes ao ensino de história.

Os dados referentes a Universidade Federal de Santa Maria indicam dezoito dissertações. Sendo uma em Ciências Sociais, defendida no ano de 2012; três em Letras, defendidas em 2015, 2019 – tratando de temas nacionais- e 2022; uma em Integração Latino-Americana, 2008; duas em Educação, 2002 e 2006; uma em Patrimônio Cultural, 2017; e nove em História, sendo uma produção por ano em 2012, 2013, 2016 e 2018, duas em 2020 e 2017 com três trabalhos, sendo que um deles versa sobre temas nacionais. Também são referenciadas na plataforma cinco monografias dessa instituição. Dessas três são em história, defendidas em 2006, 2009 e 2014; uma no curso de Arquivologia, em 2013, e uma no curso de especialização em Gestão em Arquivos, datada de 2009. De uma maneira geral, boa parte desses trabalhos se referem a pessoas, grupos ou vivências ocorridas na cidade de Santa Maria e arredores.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresenta a produção mais expressiva e diversa dentre as instituições elencadas pela Antares. São sete teses, quatro pelo Programa de Pós-Graduação em História - três delas defendidas em 2011, sendo que uma versa sobre um

tema do âmbito nacional; 2018 e 2019 com uma defesa cada anos. E duas do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, datadas de 2007 e 2011.

Ainda dessa instituição são apontadas vinte e nove dissertações de mestrado: os programas de pós-graduação em Ciência Política (2009), Geografia (2018), Jornalismo (2019), Sociologia (2019), Biblioteconomia e Comunicação (2021) e Serviço Social (2021) possuem uma referência. Já o Programa de Pós-Graduação em História possui uma defesa por ano nos anos de 2002, 2006, 2014, 2016 e 2018; duas anuais nos anos de 2009, 2011, 2013 e 2021; três anuais em 2012 e 2020 e quatro no ano de 2019. Todas as dissertações versam sobre temas relacionados ao estado durante o pré-golpe, a ditadura ou a redemocratização.

Também são significativos os números das monografias das instituições, sendo apontadas pela Antares trinta e duas. Todas oriundas dos cursos de história licenciatura e bacharelado. Os anos de 2008, 2009, 2013, 2015 e 2019 aparecem com uma produção por ano; duas defesas em 2016; os anos de 2012 e 2014 possuem três trabalhos cada; 2017 e 2018 com quatro defesas por ano; 2010 com cinco e 2011 com seis defesas de monografias. Todos os trabalhos também tratam de temas referentes ao estado, sobretudo a região metropolitana.

Na Universidade Federal de Pelotas temos 14 dissertações indicadas na plataforma. O levantamento realizado pela Antares vai até o ano de 2022. Porém, por uma questão de trajetória acadêmica da autora desse artigo, o levantamento da produção do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel foi ampliado²⁰. Passando a contemplar as turmas de doutorado e de mestrado concluintes da instituição até a elaboração desse artigo. Nessa busca, foram localizadas mais oito produções.

Dessa forma, os dados mapeados nesse estudo passam a ser ao todo: cinco teses de doutorado em História, duas defendidas em 2023, duas referentes a temas nacionais defendidas em 2024 e uma em 2025; duas dissertações em Educação, datadas de 2011 e 2012; uma em Ciências Sociais, do ano de 2011; e oito em História. Das produções do PPGH duas foram defendidas em 2013; os anos de 2015, 2016 e 2018 contam com uma defesa cada e três defesas ocorreram em 2024 - sendo a temática de uma delas a imprensa católica anticomunista no Rio de Janeiro, fugindo então ao nosso recorte. Os principais temas abordados nesses trabalhos são: trajetórias individuais e coletivas, bem como, aspectos referentes as múltiplas formas de resistência contemplando diferentes município da região sul.

Também devido a trajetória de pesquisa da autora foi realizado o acréscimo dos dados referentes à Universidade Federal do Pampa que não estão presentes no levantamento da

²⁰ Realizamos uma busca no site institucional do PPGH-UFPEL, observando os títulos apresentados na aba teses e dissertações.

Plataforma Antares. Dessa forma, após uma busca no site institucional da universidade a partir do termo “ditadura”, agregamos doze monografias e uma dissertação - defendida em 2015 fruto do Mestrado Profissional em Ensino de Línguas.

Devemos destacar, no entanto, que esses dados são superficiais pois os cursos da instituição possuem seus próprios repositórios. Assim, estão presentes no mecanismo de busca do site da universidade apenas as monografias e dissertações que foram publicadas nas coleções elaboradas pela biblioteca acadêmica. Nesses compilados, embora tenhamos encontrado um intitulado “Coleção licenciatura em história” ele não contempla as produções do curso de história licenciatura do campus Jaguarão, limitando-se apenas as produções do curso de licenciatura em Ciências Humanas.

Sabendo que o curso de história da Unipampa Jaguarão possui significativa produção sobre o passado histórico da cidade e região sul realizamos uma busca no seu site. Nela foram localizadas mais onze produções entre seus trabalhos de conclusão de curso. Dessa forma, as produções da instituição passam a ser contabilizadas em vinte e três trabalhos de conclusão de curso que tratam da ditadura brasileira. Um número bastante expressivo, se comparado as demais instituições apontadas na Antares, para uma universidade tão jovem.

Os cursos que desenvolveram essas produções são bastante diversos: são onze títulos do cursos de História Unipampa Jaguarão. Desses apenas o TCC defendido em 2017 trata de um tema nacional. Os demais falam dos mais diversos aspectos do passado ditatorial na cidade de Jaguarão - uma defesa nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2018; e dois trabalhos defendidos em 2016 - e outros município da região, defendidos em 2016 e 2017.

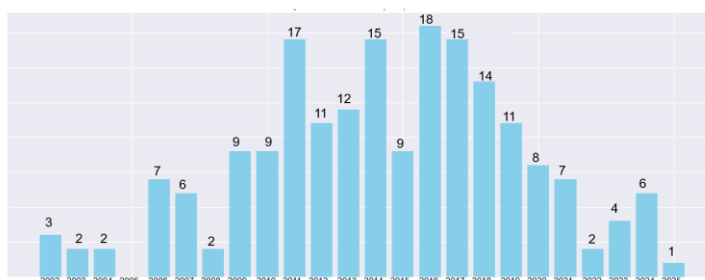
Já para o restante dos cursos mapeados essa característica local das produções se altera com sete recorrências de temas nacionais. Oriundas do curso de Relações Internacionais com quatro produções, sendo uma defesa por ano em 2014, 2016 e 2017 e com dois trabalhos defendidos em 2023. Os cursos de Publicidade e Propaganda, Especialização em Direitos Humanos e Cidadania e Ciências Humanas com área de concentração em História, os trabalhos datam dos anos de 2014, 2017 e 2024 respectivamente. Já as cinco produções voltadas para assuntos locais são frutos dos cursos de Serviço Social, TCC defendido em 2013, Ciência Política, com duas defesas em 2013 e uma em 2014, e Letras, do anos de 2016.

Por fim, a Plataforma Antares também aponta universidades fora do estado. A Universidade Estadual de Campinas tem uma tese (2007) e uma dissertação (2015) em história que tratam de temas referentes a Porto Alegre. A Universidade Federal de Santa Catarina é apontada com uma dissertação em história (2012) sobre redes de solidariedade em

Santana do Livramento. Temos também uma tese (2007) em história apresentada na Universidade Federal Fluminense que versa sobre a luta armada no estado.

Assim de uma forma geral, mesmo que os dados apresentados tratem-se de uma parcela do todo, o estado acompanha a tendência de produção nacional, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 1– Produção gaúcha sobre a ditadura 2002-2025



Fonte: Elaborado pela autora tendo por base o levantamento de dados acima descrito.

É observado um aumento de quase o dobro da produção em 2011, após toda a polêmica em torno da questão dos arquivos ser sanada pela LAI. Mantendo-se desde então em números significativos que são ampliados após os trabalhos da CNV e suas congêneres. Os dados finais do gráfico estão em queda, mas isso é resultado da falta de amostragem disponível, já que o levantamento da Antares oficialmente vai até 2019. Logo, podemos inferir que não seja esse o real cenário da produção gaúcha. Já que, como observado apenas a UFPel, por um acréscimo nosso, aparece nesse gráfico a partir do ano de 2022. E ela sozinha apresenta números significativos.

Nosso levantamento também se preocupou em observar quais as regiões do estado com produções que versem sobre diferentes facetas do seu passado ditatorial. Dessa forma, foram observadas vinte e sete cidades citadas diretamente enquanto temas centrais dos trabalhos²¹. E salvo algumas poucas exceções, há uma tendência de a produção acadêmica da universidade estar voltada para o passado da região em que ela se localiza.

²¹ Erechim, Cerro Largo, Três Passos, Flores da Cunha, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, São Borja, Canoas, Santa Maria, Rio Grande, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul, Bagé, Carazinho, São Sepé, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Pelotas, Santana do Livramento, Passo Fundo, Lajeado, Cacequi, Nova Petrópolis, Gravataí e Alegrete.

levantamento de dados que nós não sabemos com que critérios foi feito. No entanto serve para percebermos quanto avançamos na escrita desse passado recente durante os últimos anos e quanto ainda nos falta avançar. Sendo assim, não almejamos com esse artigo respostas prontas, mas sim um pequeno mapeamento acerca do estado arte, que oxalá possa servir para animar outros pesquisadores a se debruçarem sobre esse passado.

Considerações finais (e miradas para o futuro)

Para o caso do Rio Grande do Sul, o esforço de sistematização e produção de conhecimentos acerca das particularidades deste espaço durante os anos de ditadura é muito recente em termos historiográficos (Wasserman, 2009; Rodeghero, 2009). Na última década experimentamos um boom nas produções e a ampliação dos seus enfoques para além da Região Metropolitana, e para além da dialética repressão e luta armada. Surgem trabalhos que enfocam os interiores, suas particularidades, a imprensa nesses locais, as relações patronais, diferentes grupos sociais e organizações laborais, bem como, investigações que abordam aspectos referentes ao caráter fronteiriço do estado, relações estabelecidas com os Países Platinos, assim como, seus fortes vínculos com o trabalhismo.

Esse novo cenário acadêmico que vem sendo construído não é importante apenas em termos científicos. Pois ao ampliarmos e deslocarmos nossas lentes de análise para esses espaços antes marginalizados pela historiografia, acabamos por desvelar as múltiplas formas de violências cotidianas sofridas nesses espaços periféricos, bem como, as brechas de ação e resistência encontradas para viver a vida em um estado exceção, para além das categorias de apoio e oposição. Dessa forma, estamos desmistificando a compreensão de que a face repressiva da ditadura se resumiu apenas em repressão e luta armada, gerando um efeito de “autorreconhecimento” por parte desses grupos e agentes que foram afetados de outras formas.

Ao mesmo tempo em que ao serem desveladas essas outras histórias podemos, a partir desses trabalhos de memória, gerar no presente um efeito na população que leve ao rechaço à práticas autoritárias. Pois ao tornarmos mais complexos nossos marcos de compreensão desse período estaremos contribuindo para com a função pedagógica do Nunca Mais²³. Sendo essa

²³ A ideia do Nunca Mais, que sintetiza o clamor por “Nunca mais terrorismo de Estado, parte das movimentações por verdade, memória e justiça que nascem no ceio da sociedade civil, sobretudo os coletivos de familiares de desaparecidos políticos, na Argentina. Essa premissa acabou se espalhando pelos demais países do Cone Sul que ao fim do século passado começavam seu processo de redemocratização. Dessa forma, ao produzirmos trabalhos acadêmicos comprometidos com essa ideia estamos de certa forma contribuindo para a realização de um trabalho de memória sobre esse período. Que ao estar atrelada a produção de conhecimento

uma das formas de “nos voltar melhor e mais profundamente sobre as dívidas éticas e políticas do presente” (Franco 2021, s.p.). Exercício este que se torna mais que necessário diante do negacionismo vivenciado na atualidade. Reside aí uma das principais funções sociais de trabalhos que versem sobre esses temas. Reside aí o porquê escrevemos.

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

Fontes

Antares I Centro de Referência em Pesquisa sobre a Ditadura Civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/antares/>.

Repositório Institucional curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Pampa/ Trabalhos de conclusão de curso. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historia/trabalhos-de-conclusao-de-curso/>. Acesso em: 15/11/2024.

Repositório Institucional Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgh/>. Acesso em 20/11/2025.

Repositório Institucional Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/home>. Acesso em: 15/11/2025.

Rio Grande do Sul. **Decreto Nº. 19.998**, de 1º de dezembro de 1969. Estabelece a Estrutura e o Regulamento Geral da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=39241&hTexto=&Hid_IDNorma=39241. Acesso em: 29/11/25.

Referências

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos fontes sensíveis da História recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCCA, Tania Regina de (org.) **O historiador e suas fontes**. V. São Paulo: Contexto, 2009. p. 173-194.

BRANDO, Nova Marques [et.al.] (org.). **Resistência em arquivo**: memórias e histórias da ditadura no Brasil 1961-1979. Porto Alegre: Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

FERNANDES, Ananda. Documentos da polícia política no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Ananda Simões. ESPINDOLA, Erico Derosso; TIMM. Paola Robaski. **Movimentos Sociais sob suspeita** – Documentos da Polícia Política do Rio Grande do Sul durante a ditadura. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2022. p. 27-36

FICO, Carlos. 2020. **Ditadura militar**: prefácios, palestras e posts. Ebook Amazon.

FRANCO, Marina. A título de conclusão: a História das ditaduras recentes do Cone Sul como desafio epistemológico, In: RAMIREZ, Hernán; FRANCO, Marina (orgs.). **Ditaduras no Cone Sul da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

sobre o mesmo faz com que sejam reforçados os marcos de não repetição junto às gerações futuras que entram em contato com essas histórias.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos**: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). 2022. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas.

JOFFLLY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. In: **Revista Tempo e Argumento**. v.10, n. 23. 2018, p. 204-251.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento**. Revista do programa de pós-graduação em História. Florianópolis: UDESC, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.

PERLATTO, Fernando. “hierarquias da memória” e a ditadura de 1964 em Minas Gerais. In: GALLO, Carlos Artur; DEL RÍO, Andrés; Maia, Tatyana do Amaral. **Ecos do comissionismo no Brasil**: as comissões estaduais da verdade, seus desafios e seus legados. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2023. p. 11-30.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte de escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre a História e a historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: **Vestígios do Passado a História e suas fontes**. Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS. Porto Alegre, 2008.

SELBACH, Jeferson Francisco; BRUN, Rosimary Fritsch. **Ruralização e Viver em Fronteira**: Jaguarão/RS. Porto Alegre: Editora Animal, 2017.

VASCONCELOS, Claudio Bezerra de. **Repressão a militares na ditadura pós -1964**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

WASSERMAN, Claudia. “O golpe de 1964: Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil” in: PADRÓS, Enrique Serra [et.al.] (org.); **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: História e Memória. Porto Alegre: Corag, 2009. V.1. Capítulo. 2, p.51-70.